

## **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO ANÍBAL PIRES NO ENCERRAMENTO DO DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011**

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Açorianas e açorianos,

O PCP Açores tem-se assumido, ao longo desta legislatura e na continuidade do trabalho realizado pelos deputados que de 1984 a 2004 me antecederam, como uma oposição consequente e com consequência.

Consequente com os seus princípios e matriz ideológica, consequente com um modelo de desenvolvimento regional harmónico assente na valorização dos sectores produtivos regionais e na diversificação avisada e acautelada da actividade económica, na redução da dependência externa, no direito à mobilidade e ao não isolamento tendo como finalidade o aumento da qualidade de vida e do bem estar do Povo Açoriano, consequente na luta por uma sociedade social, cultural e economicamente mais justa e ambientalmente sustentável.

Com consequência pois, estando apenas representado por um deputado, o PCP Açores tem influenciado a vida política regional de forma substantiva ao, pelo rigor, pela seriedade, pela coerência, pela oportunidade, pela alternativa mas sobretudo pela justeza das nossas propostas, temos hoje um património acumulado de iniciativas que mereceram a aprovação desta câmara, produzindo efeitos positivos na Região e que sinalizam de forma incontornável a forma como nos posicionamos na vida política regional.

Estamos a cumprir o mandato que o Povo Açoriano nos conferiu e a honrar o compromisso que, em 2008, assumimos com as açorianas e açorianos.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Este não é nosso Plano. Este não é o nosso Orçamento.

Temos afirmado que, em muitas das suas opções, o PS Açores persiste em políticas que a crua realidade já demonstrou serem inócuas ou, mesmo nocivas para o desenvolvimento regional.

Os erros e as teimosias da maioria que suporta o Governo têm custado aos Açores tempo e oportunidades preciosas.

Tempo e oportunidades que se esgotam.

A continuada opção pelo apoio ao grande negócio privado, a obsessão pelo mega-projecto, pela ofuscante e dispendiosa campanha publicitária, em busca de, senão milagres económicos, pelo menos de vistosas bandeiras eleitorais para encher o olho aos mais incautos, ao mesmo tempo que não existe pejo de cortar verbas nos fundos escolares, nos apoios sociais, nas infra-estruturas fundamentais para a nossa Região.

Estas são opções em que o PCP Açores, definitivamente, não se revê.

De igual modo, não podemos deixar de observar a forma – bem pouco subtil, diga-se – como o Partido Socialista, pressionado pelo agravamento da crise social nos Açores e pelo justo descontentamento dos açorianos, se procura demarcar do PS da República.

E, por isso nos surgem neste Plano e Orçamento sinais e algumas medidas que, em contra-ciclo, procuram almofadar um pouco do descontentamento social que cresce na nossa Região e amortecer os efeitos mais duros do roubo, em forma de austeridade imposta por sucessivos PECs, que o Governo de José Sócrates, com o beneplácito do PSD de Passos Coelho e Berta Cabral, querem impor a todos os portugueses.



Sinais e medidas que embora positivas são, na sua essência, de efeito muito limitado.

Insuficientes.

E não podiam deixar de o ser, porque o quadro económico e social negativo gerado pelo Orçamento de Estado, da responsabilidade do PS de José Sócrates e do PSD de Paasos Coelho, vai muito para além do que está ao alcance da Região inverter. Quando se aumenta o IVA e o IRS ou se reduzem as prestações sociais, por mais que o PS queira e o PSD conteste aqui o que aplaude na República, a verdade é que nos Açores não vai ser diferente.

E se não é diferente em relação ao que é retirado directamente dos bolsos dos contribuintes, também não será diferente em termos da estagnação económica, insolvências e recessão que se lhe seguem.

Mas a gravidade da injustiça e a dimensão do prejuízo que as medidas de austeridade causam aos açorianos tornam ainda mais urgente que façamos tudo o que está ao nosso alcance para, senão as revogar, que não podemos, pelo menos para as minimizar. E é neste sentido que dizemos que o plano e o orçamento apresentam sinais que não podemos deixar de reconhecer como sinais positivos.

Exmo. Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,

Não confundimos esses sinais, porém, com a mudança que os Açores precisam. Não nos iludimos. Sabemos que esta é uma flutuação política conjuntural e que a disponibilidade do PS Açores para realizar essas mudanças se esgota numa prática continuada de insistência na importação de modelos desadequados à realidade social e económica da Região. De momento é apenas a ameaça da catástrofe económica e social para onde o seu governo nos arrastou que impõe ao PS Açores esta actuação.



O PCP Açores, pelo contrário, entende que o que se impõe é avançar, com arrojo, com determinação, para uma verdadeira mudança de políticas:

Uma mudança que assuma a relevância do investimento público para alavancar o desenvolvimento regional.

Uma mudança que aposte decisivamente no fortalecimento da base produtiva em que assenta a economia da Região.

Uma mudança que faça da valorização do trabalho, dos trabalhadores, dos seus direitos e condições de vida não só um objectivo central da acção governativa, mas também como o meio de desenvolver a procura interna, o dinamismo das empresas e a geração de riqueza.

É por essa mudança que aqui estamos.

É essa mudança que os Açores reclama e para a qual queremos contribuir.

É esse o sentido das propostas que apresentamos.

É no sentido dessa mudança que propomos o aumento da Remuneração Complementar Regional, invertendo a progressiva desvalorização a que, ano após ano, tem sido sujeita;

É, também com esse objectivo que no início de 2011 iremos propor o aumento do salário mínimo regional;

É com o objectivo de contrariar a política de base assistencialista que continuamos a propor o aumento do Complemento Regional de Pensão para idosos para 60 Euros por mês, repondo a justiça e dignidade aos mais idosos que atravessaram uma vida inteira de árduo trabalho;

É com esse objectivo que queremos reforçar as verbas da Inspecção Regional do Trabalho e do Plano Regional de Combate ao Trabalho Precário.

É com esse objectivo que propomos que seja instituído um verdadeiro subsídio ao preço do bilhete dos transportes públicos terrestres criando, para lá das palavras, um verdadeiro passe social.

É no sentido de uma mudança que leve a coesão para lá das miragens do golfe, que defendemos o investimento em infra-estruturas importantes, como o porto da



Ribeira Quente ou a Marina da Graciosa ou um edifício polivalente no Faial, ou na segurança das populações com o reforço de verbas para a monitorização de cheias e deslizamentos, a consolidação e limpeza de orlas costeiras e com a aquisição de uma embarcação para evacuações de emergência entre as ilhas do triângulo.

É com esse objectivo que propomos a valorização dos investigadores científicos, altamente qualificados, precários e mal pagos, através do aumento das suas bolsas em 5 por cento, ou a atribuição de um justo apoio ao Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.

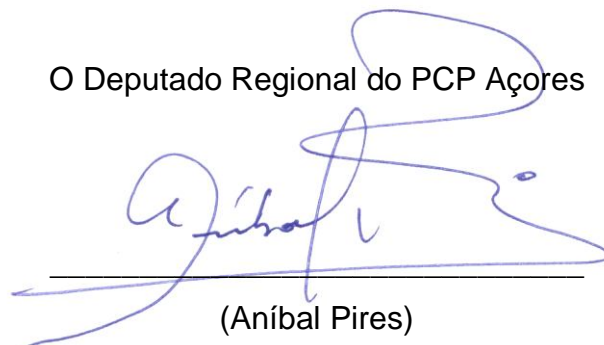
Senhoras e senhores deputados,  
Açorianas e açorianos

Estas e as outras propostas que apresentámos – e que iremos de seguida discutir – dão substância ao que afirmamos: outro rumo para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores é possível e, sobretudo necessário.

E o PCP aqui está a contribuir para essa mudança afirmando-se como uma oposição consequente e com consequência e construindo as bases para um projecto político alternativo.

Disse.

O Deputado Regional do PCP Açores



(Aníbal Pires)